

“Brasil deve renegociar melhor a dívida externa”

Fujio Tachibana, presidente do Banco América do Sul e da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil, não vê dificuldades para o Brasil conseguir um superávit comercial de US\$ 9 bilhões em 84. Considera porém que é preciso melhorar as condições de renegociação da dívida externa, reduzindo as despesas com o pagamento de juros para que o superávit represente alguma folga para o setor externo da economia. “Trabalhar só para pagar dívida não tem graça para ninguém nem para os países”, observa Tachibana.

O Brasil, segundo o presidente do América do Sul, pode negociar a dívida externa em condições mais favoráveis de prazos e juros mas, para isso, deveria tomar algumas providências, entre as quais ele destaca duas: a renegociação precisa ser conduzida por uma única pessoa — o presidente da República, como é feito pela Argentina e o México; em segundo lugar, a renegociação deveria realizar-se em conjunto com outros países devedores a partir da formação de uma espécie de associação dos endividados.

Além de maior peso político, a concentração dos entendimentos com os credores no presidente da República liberaria os ministros do Planejamento e da Fazenda e o presidente do Banco Central para dedi-

carem mais tempo às suas funções no plano interno.

EXPORTAÇÕES

A meta de exportação de US\$ 25 bilhões no próximo ano é bastante realista para Fujio Tachibana porque o mercado mundial se está recuperando sob a liderança dos Estados Unidos. Além disso, os preços dos produtos agrícolas, que no início de 83 estavam muito baixos, continuam reagindo e o Brasil pode obter uma safra de grãos superior a 55 milhões de toneladas. A retirada dos subsídios às exportações reduzirá a competitividade dos produtos brasileiros, principalmente dos manufaturados. Por isso, o presidente do Banco América do Sul julga necessária nova maxidesvalorização entre fevereiro e março, retomando-se a partir daí o sistema de “mínis” em bases realistas.

Tachibana observou que o Japão poderá representar importante mercado para os produtos agrícolas brasileiros, com uma condição: que haja mais continuidade no fornecimento. “A suspensão de exportações de um produto, quando os preços sobem, prejudica a credibilidade. Felizmente, de um ano para cá, com a absoluta prioridade de exportação, o governo não está mais fazendo isso”, afirmou.